

EDITAL DE SELEÇÃO DE FORNECEDORES, MODALIDADE COLETA DE PREÇOS, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) – CALÇADO, PARA A ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, PELO CRITÉRIO MENOR VALOR GLOBAL.

EDITAL DE SELEÇÃO DE FORNECEDORES – COLETA DE PREÇO nº 011/2015

PROCESSO ASF nº 017/2015

DATA DA REALIZAÇÃO: 24/04/2015

HORÁRIO: 14:00h

LOCAL: Praça Mal. Cordeiro de Farias nº 65 – Higienópolis – São Paulo - SP

A **ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA – ASF** torna público que se acha aberta em sua Unidade situada à Praça Marechal Cordeiro de Farias, nº 65 - Higienópolis na cidade de São Paulo, procedimento para a **SELEÇÃO DE FORNECEDORES** na modalidade COLETA DE PREÇO Nº 011/2015, PROCESSO ASF Nº 017/2015, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) – CALÇADO, PELO CRITÉRIO MENOR VALOR GLOBAL, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO.**

O certame será processado e julgado em conformidade com a Orientação Normativa de Compras e Contratação de Serviços da ASF, Termos de Convênios e Contratos de Gestão firmados com o Poder Público, bem como, subsidiariamente, no que couber, pelos princípios administrativos previstos na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

- 1.** Este Edital na íntegra poderá ser consultado no sitio www.saudedafamilia.org ou na Sede Administrativa da Associação Saúde da Família situada à Praça Marechal Cordeiro de Farias, nº 65 – Higienópolis – São Paulo/SP, nos horários entre 10h00min e 16h00min.
- 2.** As normativas supramencionadas estão disponíveis para consulta na Sede Administrativa da Associação Saúde da Família situada à Praça Marechal Cordeiro de Farias, nº 65 – Higienópolis – São Paulo/SP, nos horários entre 10h00min e 16h00min e no sítio da ASF www.saudedafamilia.org (transparência).
- 3.** As propostas deverão obedecer às especificações deste Edital e ANEXOS que fazem parte integrante do presente.

4. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação deverão ser apresentados separadamente, em 02 (dois) envelopes fechados indevassáveis contendo em sua parte externa, além do nome da empresa proponente, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº. 01 – PROPOSTA

SELEÇÃO DE FORNECEDORES – COLETA DE PREÇO Nº 011/2015

PROCESSO ASF Nº 017/2015

NOME DA EMPRESA/CNPJ

ENVELOPE Nº. 02 – HABILITAÇÃO

SELEÇÃO DE FORNECEDORES – COLETA DE PREÇO Nº 011/2015

PROCESSO ASF Nº 017/2015

NOME DA EMPRESA/CNPJ

4.1 Os materiais de AMOSTRA deverão ser apresentados separadamente em invólucros indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da Empresa Proponente, os seguintes dizeres:

Amostras – (Identificação do Material)

Seleção de Fornecedores – Coleta de Preços nº 011/2015

Processo ASF nº 017/2015

5. A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelos representantes legais da EMPRESA PROPONENTE ou pelo procurador devidamente habilitado.

6. A sessão de processamento do certame será realizada na Sede Administrativa da Associação Saúde da Família, à Praça Marechal Cordeiro de Farias, nº 65 - Higienópolis - São Paulo-SP, no **dia 24/04/2015, às 14:00h**, e será conduzida pelo Responsável do Certame, com o auxílio da Equipe de Apoio.

7. DO OBJETO

7.1 A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) – CALÇADO, PELO CRITÉRIO MENOR VALOR GLOBAL, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO**, que integra o presente Edital.

8. DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

8.1 Poderão participar do certame todos os interessados que desenvolvam atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação e que estejam de acordo com as exigências deste Edital.

8.2 Será vedada a participação de empresas:

- a) declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;
- b) impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, nos termos das legislações pertinentes;
- c) suspensas, temporariamente, de participação em licitação e impedidas de contratar com a Administração Municipal de São Paulo, direta ou indireta, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;
- d) reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- e) sob processo de falência, concordata ou recuperação judicial.
- f) que participem de mesmo grupo econômico ou financeiro, incluindo diretores, acionistas (com participação em mais de 5%) ou representantes legais comuns, e, ainda, aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente da outra empresa.
- g) que tiverem seus contratos rescindidos por má prestação de serviços prestados na Associação.

8.3 A participação da empresa interessada implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do certame, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicação, instrução, retificações e convocações, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivesse transcritos e acerca dos quais não poderá a empresa proponente alegar desconhecimento.

9. DO CREDENCIAMENTO

9.1 Aberta a sessão pública do certame, a empresa proponente deverá se apresentar através de um representante devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame, comprovando possuir os poderes inclusive para negociação de valores e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

9.2 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- 9.2.1** Documentos de identificação com foto;
- 9.2.2** Representação do mandatário, através de procuração, pública ou particular para fins de licitação, original ou em cópia autenticada, devidamente

reconhecida em cartório. A procuração original ou cópia autenticada não será devolvida.

9.2.2.1 A procuração deve vir acompanhada de cópia autenticada ou via original do contrato social/Estatuto/Requerimento Individual, e demais documentos que comprovem que os poderes outorgados aos mandatários foram concedidos pelo responsável legal competente.

9.2.2.2 Caso seja sócio ou titular da empresa, deverá apresentar o documento que comprove a sua competência de representar a mesma, em fotocópia autenticada, que não será devolvida.

9.3 Será admitido apenas 01 (um) representante para cada EMPRESA PROPONENTE credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

9.4 A ausência do credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da EMPRESA PROPONENTE por ele representada, salvo autorização expressa do responsável pelo certame.

9.5 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo responsável do certame.

9.6 Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa neste certame, sob pena de exclusão sumária das representadas.

9.7 Na hipótese da empresa participante enviar portador não qualificado para representá-la, na forma do disposto nos itens acima deste Capítulo, não será, por isso, inabilitada para participar da licitação, mas não poderá o simples portador se manifestar em nome da firma durante as sessões. O portador sem poderes de representação não poderá se qualificar como legítimo defensor dos interesses da proponente; não terá o direito de assinar as atas das sessões, nem solicitar que se consignem observações que eventualmente julgue necessárias.

9.8 Os documentos para o credenciamento deverão constar fora do envelope de habilitação sob pena do responsável pelo certame invocar o **ITEM 9.7**.

10 DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “PROPOSTA”

10.1 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

10.1.1 Nome, endereço, CNPJ e Inscrição Estadual;

10.1.2 Número do processo e da SELEÇÃO DE FORNECEDORES;

10.2 Descrição de forma clara e sucinta do objeto do presente certame, em conformidade com as especificações do ANEXO I - MEMORIAL DESCRITIVO deste Edital.

10.3 Deverá conter o **VALOR UNITÁRIO E VALOR GLOBAL, considerada a quantidade estimada no Anexo I – Memorial Descritivo**, estimado em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e descrição detalhada do objeto. Nos preços propostos deverão estar inclusos além do lucro, despesas com frete e entrega, além de tributos de qualquer natureza e todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a prestação dos serviços e o prazo de entrega. O valor ofertado configurará única remuneração pelos serviços prestados.

10.4 Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse título, devendo os serviços respectivos ser fornecidos à Associação sem ônus adicionais.

10.5 O prazo de entrega dos calçados será de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

10.6 O prazo de validade da proposta será de 120 (cento e vinte) dias, contados da abertura dos envelopes.

10.7 A proposta deve constar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

10.8 Para efeito de julgamento das propostas, nenhuma oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos serão considerados.

10.9 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade da empresa proponente, bem assim, pelas transações que forem efetuadas em seu nome.

11 DA HABILITAÇÃO

11.1 O envelope “Documentos de Habilitação” deverá atender o disposto no **ITEM 4** e os documentos abaixo dispostos.

11.2 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada ou por publicação em órgão de imprensa oficial, ou ainda, extraídos via Internet.

11.3 Os documentos deverão preferencialmente ser apresentados ordenadamente, numerados sequencialmente por item da habilitação, de modo a facilitar sua análise.

12 HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.1 Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

12.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de Sociedade Empresária. Tratando-se de Cooperativa além dos documentos arrolados, necessário prova de diretoria em exercício;

12.3 Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores ou associados, tratando-se de Sociedade Empresária ou Cooperativa;

12.4 Ato Constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de Sociedade Não Empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

12.5 Decreto de autorização, tratando-se de Sociedade Estrangeira no país e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.6 Fica dispensado da apresentação do Contrato Social ou documento constitutivo devidamente autenticado a empresa proponente que tenha apresentado cópia autenticada no ato do Credenciamento.

13 REGULARIDADE FISCAL

13.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

13.2 Certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS);

13.3 Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Positiva Com Efeitos De Negativa Relativas a **Tributos Federais e da Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

13.3.1 O contribuinte que possuir a Certidão Específica Previdenciária e a Certidão Conjunta PGFN/RFB dentro do período de validade nelas indicados, poderá apresentá-las. **Entretanto, se tiver apenas uma das certidões ainda no prazo de validade, deverá apresentar a certidão que entrou em vigência em 03/11/2014**, conforme Portaria RFB/PGFN nº 1.751/2014, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS**

RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, que abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN.

13.4 Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);

13.5 Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de **Tributos Mobiliários do Município de São Paulo**, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças;

13.5.1 Caso não esteja cadastrado como contribuinte no Município de São Paulo, a empresa proponente deverá apresentar Declaração, firmada por seu representante legal, sob as penas da lei, de não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos relacionados com a prestação licitada.

13.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (**CNDT**).

13.7 Prova de inexistência de registro no **CADIN MUNICIPAL** da Prefeitura de São Paulo mediante a apresentação de **Consulta CADIN MUNICIPAL**, disponível no site da Prefeitura de São Paulo.

14 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

14.1 Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada de no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data da apresentação da proposta.

14.1.1 No caso de Certidão Positiva, a licitante deverá juntar Certidão de Objeto e Pé, esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões).

14.2 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigível e apresentadas na forma da lei, devidamente REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, cabendo a empresa proponente demonstrar a sua situação financeira os quais deverão ser iguais ou superiores a 1 (um), sendo que a definição desses indicadores será apurada com a aplicação das fórmulas previstas no **ANEXO IV**.

14.2.1 Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do balanço patrimonial e dos demonstrativos contábeis, deverão ser apresentadas cópias legíveis e autenticadas, das páginas do Diário Geral onde eles foram transcritos, devidamente assinados pelo Contador responsável e por seus Sócios, bem como dos Termos de

Abertura e de Encerramento do Diário Geral na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos;

14.2.2 Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de balancetes mensais, conforme o disposto na Lei Federal nº 8.541, de 1992.

14.2.3 A empresa que não tiver alcançado os índices exigidos no item 14.2 será habilitada desde que tenha Capital Social equivalente a 5% (cinco por cento) do valor médio estimado da contratação.

14.2.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optante pelo SIMPLES estão DISPENSADAS, especialmente para o objeto desta licitação, da apresentação do Balanço conforme previsto no item 14.2. Para este caso a empresa proponente deverá apresentar Declaração, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação.

14.2.5 A Declaração deverá ser subscrita por quem detém poderes de representação da licitante e por seu Contador ou Técnico em Contabilidade, identificado com seu número de registro perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

14.2.6 A falsidade das Declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei complementar nº 123, de 2006, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo nº 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, na inabilitação da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

15 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.1 Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa proponente tenha executado os serviços compatíveis ao objeto desta licitação.

16. OUTRAS COMPROVAÇÕES

16.1 Declaração Conjunta subscrita por representante legal da empresa proponente, elaborada em papel timbrado, conforme **ANEXO V**, atestando que:

16.1.1 encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, de acordo com o Decreto Estadual n.º 42.911, de 06/03/1998;

16.1.2 inexistente impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal e Estadual de São Paulo;

16.1.3 atende às normas relativas à Saúde e Segurança do Trabalho, em virtude das disposições do § único, artigo nº 117, da Constituição do Estado.

17. O PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

17.1 No horário e local indicado no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento da SELEÇÃO DE FORNECEDORES, iniciando-se com a abertura dos envelopes das propostas, usando-se a possibilidade da inversão de fases do certame.

17.2 Iniciada a abertura do primeiro envelope da proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

17.3 A análise das propostas pelos integrantes da Equipe de Apoio visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus ANEXOS, sendo desclassificadas as propostas:

17.3.1 cujo objeto não atenda as especificações contidas neste Edital;

17.3.2 que apresentem preços, ofertas ou vantagens vinculados em proposta das demais EMPRESAS PROPONENTES;

17.3.3 as que contenham valores manifestamente inexequíveis, excessivos, simbólicos, irrisórios ou iguais a zero.

17.4 No caso de empate de menor proposta será dada a possibilidade das EMPRESAS PROPONENTES apresentarem proposta de preço inferior àquela detentora do menor preço.

17.4.1 será decidido através de sorteio a empresa que apresentará a melhor oferta.

17.5 O responsável pelo certame poderá a seu critério negociar o valor da proposta vencedora, se assim considerar necessário.

17.6 No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se as correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

17.7 A aceitabilidade das propostas será verificada de acordo com a média de preços alcançada em pesquisa de mercado, que poderá ser objeto de pedido de esclarecimento através do e-mail: licitacoesasf@saudedafamilia.org

17.8 Caso a empresa que ofertar o menor preço apresentar um dos casos do item 17.3, a ASF partirá para avaliação do segundo colocado.

17.9 Considerada aceitável a oferta de menor preço, a Responsável pelo certame solicitará a EMPRESA PROPONENTE classificada em primeiro lugar que apresente uma AMOSTRA do objeto licitado, para que seja avaliado pela equipe técnica, verificando se corresponde ao exigido no ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO.

17.9.1 As AMOSTRAS serão retidas pela Associação Saúde da Família.

17.10 Se as AMOSTRAS apresentadas não estiverem em conformidade com o exigido, o responsável pelo certame partirá para avaliação da EMPRESA PROPONENTE classificada em segundo lugar e assim sucessivamente.

17.11 Se todas as empresas proponentes não atenderem integralmente a todas as exigências para classificação das propostas, o responsável pelo certame poderá fixar às empresas proponentes o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de novas propostas, escoimadas das causas referidas nas condições anteriores.

18 DA ABERTURA E DO JULGAMENTO DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

18.1 Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

18.2 Eventuais falhas ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do certame, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

18.2.1 substituição e apresentação dos documentos solicitados;

18.2.2 verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

18.2.3 a verificação será certificada pelo responsável do certame e deverão ser anexados aos autos do processo os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

18.3 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a EMPRESA PROPONENTE será habilitada e declarada vencedora do certame.

18.4 Se a EMPRESA PROPONENTE desatender as exigências para a habilitação, o responsável pelo certame, respeitando a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

18.5 Se todas as empresas proponentes não atenderem integralmente a todas as exigências contidas no Capítulo – Das Exigências para Habilitação deste Ato Convocatório, serão todos considerados inabilitados e o responsável pelo certame poderá fixar às empresas o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de nova documentação, escoimadas das causas referidas nas condições anteriores.

18.6 Caso o responsável pelo certame não considere oportuno o exame imediato dos documentos de habilitação, marcará nova data para sessão, na qual será divulgado o resultado do certame.

19 DO PREÇO

19.1 O preço ofertado deverá incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas, fiscais, frete e, constituirá a única e completa remuneração pelos produtos.

19.2 Os preços permanecerão fixos e irreajustáveis.

20 DO RECURSO

20.1 No final da sessão, a EMPRESA PROPONENTE que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (dois) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando as demais EMPRESAS desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo.

20.2 A ausência de manifestação imediata e motivada das empresas importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Responsável pelo certame à EMPRESA vencedora.

20.3 Interposto o recurso, o Responsável pelo certame poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informando à autoridade competente.

20.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à EMPRESA vencedora.

20.5 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

20.6 As razões de recurso e de contrarrazões de recurso, deverão ser apresentadas em forma de petição e protocoladas no prazo estipulado no item 21.1, sito à Praça Marechal Cordeiro de Farias, 65 – Higienópolis – São Paulo – SP – CEP 01244-050.

20.7 A decisão do recurso será publicada no sítio da ASF, www.saudedafamilia.org

21 DA CONTRATAÇÃO

21.1 Após a adjudicação do objeto da licitação, a EMPRESA vencedora assinará o Termo de Contrato e receberá Ordem de Fornecimento emitida pela Associação, que constará quantidade a ser fornecida, material/produto, local de entrega, data prevista de entrega, forma de faturamento e penalizações pelo eventual descumprimento.

21.2 O prazo de entrega poderá ser prorrogado, quando solicitado pela parte e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela ASF.

21.3 Quando a empresa vencedora se recusar ao cumprimento do Termo de Contrato e Ordem de Fornecimento, serão convocadas as demais EMPRESAS PROPONENTES classificadas, por ordem de classificação, para análise dos documentos de habilitação com vistas a atender as pretensões do presente certame, sem prejuízo das penalidades previstas pelo inadimplemento total da obrigação.

22 DO LOCAL E DOS PRAZOS

22.1 A empresa vencedora deverá providenciar a entrega dos produtos em até 30 (trinta) dias corridos, a partir da data de recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras da Associação Saúde da Família – ASF;

22.2 Os produtos deverão ser entregues em conformidade com as especificações contidas neste instrumento convocatório (ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO), Termo de Contrato e Ordem de Fornecimento expedida pelo Setor de Compras da Associação e em conformidade com a proposta apresentada.

22.3 Os produtos deverão ser entregues nos locais indicados na Ordem de Fornecimento expedida pelo Setor de Compras da Associação, garantindo a qualidade ofertada.

22.4 No caso de ocorrência de motivo de força maior que venha a impossibilitar o cumprimento do referido prazo de entrega, a contratada deverá comunicar por escrito a

Coordenação Administrativa – Setor de Compras tal ocorrência, indicando a data em que efetivará a entrega.

22.5 O objeto licitado será recebido por RESPONSÁVEL designado pela CONTRATANTE e será recusado:

22.5.1 se entregue com especificações diferentes das contidas na proposta da licitante vencedora.

22.5.2 se apresentar quaisquer defeitos.

22.5.3 se entregue em quantidade diferente da acordada.

22.5 Em hipótese alguma será aceito o objeto em desacordo com as condições pactuadas ficando a cargo da CONTRATADA o Controle de Qualidade do fornecimento, bem como a repetição de procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas, visando à apresentação da qualidade e resultados requisitados.

22.6 Os produtos deverão ser entregues em conformidade com as especificações exigidas.

22.7 O funcionário responsável pelo recebimento emitirá um Termo de Recebimento, assinado pelas partes.

23 FATURAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

23.1 O pagamento será de até 28 (vinte e oito) dias após a data do recebimento definitivo do objeto por parte da área solicitante, observado o prazo e condições estabelecidos neste Edital e na proposta da empresa proponente.

23.2 Quando for constatada irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à EMPRESA PROPONENTE, CARTA DE CORREÇÃO, a qual deverá ser enviada para o local de sua entrega, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para que seja a mesma liberada para pagamento.

23.3 A EMPRESA PROPONENTE deverá, separadamente, no corpo da Nota Fiscal/Fatura, destacar a título de "RETENÇÃO PARA O IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS", a importância e o percentual a ser retido pela ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA para posterior recolhimento à Prefeitura relativo ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) onde o serviço for prestado, observando sempre a legislação de cada município, bem como efetuar o competente registro no cadastro junto a Prefeitura sendo que, a demais cláusula entende estarem adequadas.

23.4 Nada poderá isentar a EMPRESA PROPONENTE das responsabilidades contratuais.

23.5 Os recursos orçamentários para cobertura das despesas correrão por conta dos Termos de Convênios e Contratos de Gestão firmados com o Poder Público.

24 DAS PENALIDADES

24.1 Pela recusa injustificada em assinar, aceitar, retirar ou entregar o Termo de Contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Associação Saúde da Família, a empresa vencedora ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor global da proposta e, enquanto não saldado o débito, impedida de licitar ou contratar com a Associação Saúde da Família pelo período de 02 (dois) anos.

24.2 Se a recusa for motivada em fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a sanção poderá ser relevada por ato fundamentado da Associação Saúde da Família.

24.3 A empresa proponente, que ensejar o retardamento da execução do certame, deixar de entregar documentação exigida neste Edital ou apresentar documentação falsa, não mantiver os valores apresentados na proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, cometer fraude fiscal ou apresentar objeto distinto do que oferecido ficará impedida de licitar e contratar com a Associação Saúde da Família pelo período de 02 (dois) anos.

24.4 Além das penalidades estabelecidas acima ficará a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas em Contrato e Ações Judiciais eventualmente cabíveis.

25 DOS ESCLARECIMENTOS

25.1 Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar por e-mail, esclarecimentos sobre o edital de SELEÇÃO DE FORNECEDORES, enviando seu questionamento por e-mail: licitacoesasf@saudedafamilia.org

25.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão enviadas aos interessados via e-mail no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

25.3 O pedido de esclarecimento poderá produzir o mesmo efeito de impugnação, quando a Associação, em razão do pedido de esclarecimento, identificar ilegalidade e declará-la.

25.3.1 Acolhida integralmente à petição contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

25.3.2 Acolhida em parte a petição contra o Ato Convocatório e, desde que não esbarre em qualquer ato de ilegalidade, a critério da Associação, será elaborado retratificação dos termos editalícios, sem que haja obrigatoriedade em designar nova data para realização do certame.

26 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitadas a igualdade de oportunidade entre as EMPRESAS PROPONENTES e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

26.2 Das sessões públicas de processamento do certame serão lavradas Atas circunstanciadas.

26.3 Recusas, impossibilidades de assinaturas e/ou ausência devem ser registradas expressamente na própria Ata.

26.4 As empresas proponentes deverão fazer pesquisa minuciosa do serviço a ser executado, não as isentando de responsabilidade sobre a correta avaliação dos seus orçamentos e planejamento de serviços, arcando com os eventuais prejuízos consequentes.

26.5 As empresas proponentes devem ter pleno conhecimento de todos os elementos constantes do presente Edital e seus Anexos, não podendo alegar, posteriormente, qualquer desconhecimento quanto às condições estabelecidas, como razão impeditiva ao perfeito cumprimento do Contrato.

26.6 No caso da sessão vir a ser, excepcionalmente, suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda do responsável pelo certame e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, às empresas proponentes, na sessão marcada para prosseguimento dos trabalhos.

26.7 O responsável pelo certame manterá em seu poder os envelopes de habilitação das demais empresas proponentes até a formalização do Contrato com o adjudicatário, devendo as empresas retirá-los, caso queiram, até 30 (trinta) dias após este fato, sob pena de inutilização dos documentos contidos.

26.8 A Associação Saúde da Família poderá cancelar a qualquer tempo e em qualquer fase os procedimentos de Seleção que houver iniciado, assim como recusar a participação em Seleção ou a contratação de pessoa jurídica que tenha demonstrado incapacidade administrativa, financeira ou técnica ou má conduta ética na execução de contrato anterior firmado com a ASF, sem que tais atos impliquem direito de reclamação, indenização ou reembolso de quem se entender prejudicado.

27. Os casos omissos do presente certame serão solucionados pelo responsável pelo certame.

28. Integram o presente Edital:

ANEXO I - Memorial Descritivo;

ANEXO II - Declaração de Confirmação dos valores contidos na Proposta/Planilha de Preços;

ANEXO III - Modelo da Declaração de Cumprimento das Condições de Habilitação;

ANEXO IV – Índices de Balanço Patrimonial;

ANEXO V - Modelo da Declaração Conjunta de Cumprimento ao Disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição, Inexistência de Impedimento Legal e normas relativas à Saúde e Segurança do Trabalho;

ANEXO VI - Minuta do Termo de Contrato.

29. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

São Paulo, 10 de abril de 2015.

**ANA CLAUDIA BORJA RIBEIRO LIMA
ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA - ASF**

**ANEXO I - MEMORIAL DESCRITIVO
COLETA DE PREÇO Nº 011/2015 - PROCESSO ASF Nº 017/2015**

FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) – CALÇADO, PELO CRITÉRIO DE MENOR VALOR GLOBAL, com as seguintes características técnicas mínimas:

LOTE ÚNICO:

ITEM	QUANTIDADE ESTIMADA	DESCRIPTIVO
1	2.000	CALÇADO

DESCRIPTIVO TÉCNICO EPI – CALÇADO

Numeração: 33 ao 44

Sapato de proteção de uso profissional, na cor preta, com fechamento em cadarço.

Cabedal: 100% confeccionado em vaqueta hidrofulgada, com colarinho e lingueta acolchoados de espuma PU.

Forro: Tecido antimicrobiano com alta respirabilidade, com tratamento hidrofílico de rápida dispersão de umidade, sem biqueira.

Palmilha: Antimicrobiana termo conforma de não tecido com espessura 2,3mm a 3,5mm, fixada pelo sistema montado.

Solado: PU de bidensidade costurado junto ao cabedal.

Garantia mínima de 6 meses.

Certificação: Com número do Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual do Ministério do Trabalho impresso no calçado.

Embalagem: Saco individual com numeração, modelo e outras informações necessárias impresso no saco ou em etiqueta presa ao saco. Caixa coletiva de papelão tipo colmeia, personalizada, garantindo melhor qualidade de conservação e apresentação.

CONDIÇÕES GERAIS DO FORNECIMENTO:

1) O produto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações pertinentes.

2) O fornecimento do calçado, objeto da licitação, dar-se-á de forma gradativa durante a vigência contratual, ou seja, de acordo com a necessidade identificada pela **CONTRATANTE**.

3) Caso sejam entregues pela **CONTRATADA** materiais em desconformidade ao exigido no ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO, a **CONTRATANTE** poderá solicitar a substituição ou rejeitá-los no todo ou em parte, sem qualquer ônus.

4) As quantidades poderão sofrer acréscimo ou supressão, diante da conveniência e oportunidade administrativa da **CONTRATANTE**.

ANEXO II - MODELO DE CONFIRMAÇÃO DE VALORES DA PROPOSTA/PLANILHA DE PREÇOS (MODELO A SER REDIGIDO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA PROPONENTE)

“DECLARAÇÃO”

À ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA

Ref.: SELEÇÃO DE FORNECEDORES - COLETA DE PREÇO Nº 011/2015 - PROCESSO ASF Nº 017/2015.

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem: DECLARAR, para fins de participação no Processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que confirmo os valores contidos na proposta escrita e naqueles que, porventura, vierem a ser ofertados por meio de negociações, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivos, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital;

Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços ser realizados sem ônus adicionais. Estão incluídas na proposta todas as despesas com mão-de-obra, impostos, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, trabalhistas, previdenciárias, salários, custos diretos e indiretos, se necessário e demais encargos e outros decorrentes das atividades necessárias à perfeita execução dos serviços.

Por ser verdade, assino a presente.

..... de de 2015.

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurador

N.º do documento de identidade

**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO
(MODELO A SER REDIGIDO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA PROPONENTE)**

À ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA

Ref.: SELEÇÃO DE FORNECEDORES - COLETA DE PREÇO Nº 011/2015 - PROCESSO ASF
Nº 017/2015.

19

(Nome da Empresa) _____, CNPJ Nº. _____,
Estabelecida _____ (endereço completo), declara, sob as
penas da lei que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o presente processo
licitatório.

Local e data.

OBS: Esta declaração deverá ser em papel timbrado da empresa proponente e assinado
pelo (s) seu(s) representante legal (is) ou procurador devidamente habilitado.

Data

Assinatura/nome completo

RG e cargo do representante legal da EMPRESA PROPONENTE

À ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA

Ref.: SELEÇÃO DE FORNECEDORES - COLETA DE PREÇO Nº 011/2015 - PROCESSO ASF Nº 017/2015.

20

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

SG = Ativo Total

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

LC = Ativo Circulante

Passivo Circulante

Assinatura do contador responsável

Obs.: Os índices deverão ser preenchidos com os valores correspondentes.

ANEXO V - DECLARAÇÃO CONJUNTA DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL E NORMAS RELATIVAS À SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO E DE QUE A MÃO DE OBRA A SER EMPREGADA NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DEVE SER ESPECIALIZADA, EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

(MODELO A SER REDIGIDO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA PROPONENTE)

À ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA - ASF

Ref.: SELEÇÃO DE FORNECEDORES - COLETA DE PREÇO Nº 011/2015 - PROCESSO ASF Nº 017/2015.

....., inscrita no CNPJ n.º
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º
..... e do CPF n.º DECLARA, para fins que:

a) que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

**Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
- observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.**

b) inexistente, sob as penalidades cabíveis, o impedimento legal para licitar ou contratar com a administração municipal e estadual de São Paulo;

c) cumpre, sob as penas de lei, as normas relativas à Saúde e Segurança do Trabalho dos empregados.

d) que a mão de obra especializada empregada possui qualificação técnica para desempenhar o serviço objeto da presente seleção de fornecedores.

Data

Assinatura/identificação do nome

RG e cargo do representante legal da EMPRESA PROPONENTE

ANEXO VI

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº XXX/201X/ASF

PROCESSO Nº	:	017/2015.
CONTRATADA	:	XXXXXXXXXXXXXXXX
OBJETO DO CONTRATO	:	FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) – CALÇADO.
VALOR UNITÁRIO	:	XXXXXXXXXXXXXXXX
VIGÊNCIA DO CONTRATO	:	12 (doze) meses. Início em xx/xx/xxxx e Término em xx/xx/xxxx.
ORIGEM DOS RECURSOS	:	Termos de Convênios e Contratos de Gestão firmados com o Poder Público.

CONTRATANTE: **ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com matriz estabelecida na Praça Marechal Cordeiro de Farias, 65, Higienópolis, no município de São Paulo/SP, CEP. 01244-050, inscrita no CNPJ sob o nº 68.311.216/0001-01 e filiais estabelecidas no município de São Paulo/SP, ASF – Rede Assistencial Supervisão Técnica da Saúde Parelheiros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 68.311.216/0005-35 e ASF – Rede Assistencial Supervisão Técnica da Saúde da Capela do Socorro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 68.311.216/0003-73, neste ato representada por seus bastantes procuradores, ao final nomeados, doravante designada **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, estabelecida na _____, CEP _____ – Estado/UF, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, neste ato representada por seu(ua) _____, portador(a) do documento de identidade RG n.º _____ e do CPF/MF n.º _____ doravante designada **CONTRATADA**.

A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** ajustam e convencionam o presente Contrato de Prestação de Serviços que se regerá pelas Cláusulas e considerações seguintes, fundamentado nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

1. É objeto do presente a contratação de empresa para o fornecimento de **EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) – CALÇADO**, em conformidade com o ANEXO I - MEMORIAL DESCRITIVO, que é parte integrante do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

2.1 A **CONTRATANTE** deverá emitir **Ordem de Fornecimento** para cada solicitação requerida, constando data e local previsto de entrega, quantidade desejada e o programa a ser faturado.

2.2 A **CONTRATANTE** deverá fornecer à **CONTRATADA** todas as informações necessárias à realização do serviço, devendo especificar os detalhes necessários à perfeita consecução do objeto que estiverem omissos no presente instrumento.

2.3 A **CONTRATANTE** deverá efetuar o pagamento na forma e condições estabelecidas na **Cláusula Quarta** e seguintes.

2.4 A **CONTRATANTE** deverá solicitar à **CONTRATADA** ou a seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do Contrato.

2.5 A **CONTRATANTE** deverá prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Entregar os calçados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após o recebimento de cada **Ordem de Fornecimento** emitida pela **CONTRATANTE**.

3.2 Promover o fornecimento, responsabilizando-se pela qualidade dos produtos.

3.3 Caso seja constatado qualquer defeito de fabricação ou confecção dos materiais, em desconformidade ao exigido no ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO, a **CONTRATADA** deverá substituí-los no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

3.4 Os calçados fornecidos deverão observar as normas de qualidade impostas pelas autoridades competentes, inclusive Ministério do Trabalho, dispositivos da Lei nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações pertinentes.

3.5 Encaminhar uma listagem dos empregados e dirigentes que terão acesso ao local onde os calçados serão entregues.

3.6 Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado às instalações da **CONTRATANTE** no decorrer da entrega dos calçados e que deverão ser por ela reparados, sem ônus para **CONTRATANTE**.

3.7 Entregar todos os calçados nos prazos e locais determinados nas Ordens de Fornecimento emitidas pela **CONTRATANTE**, sob pena de multa prevista na **Cláusula Quinta**.

3.8 A **CONTRATADA** deverá manter durante toda a vigência do Contrato as condições de habilitação apresentadas em Ato Convocatório, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis previstas em Contrato.

3.9 A **CONTRATADA** não poderá divulgar dados ou informações a que venha ter acesso, salvo se expressamente autorizados pela **CONTRATANTE**.

3.10 A **CONTRATADA** é responsável pela idoneidade moral, técnica e das verbas trabalhista de seus funcionários, respondendo por todos e quaisquer danos, ações judiciais, faltas ou omissões que os mesmos venham a cometer no desempenho de suas funções, não configurando/caracterizando de forma alguma, a responsabilidade subsidiária e muito menos solidária do **CONTRATADO** para com a **CONTRATANTE**.

3.11 A **CONTRATADA** deverá justificar por escrito à **CONTRATANTE**, eventuais motivos que impeçam a execução deste Contrato, podendo a **CONTRATANTE** aceitá-los ou não.

3.12 A **CONTRATADA** deverá executar os serviços de forma a garantir os melhores resultados, otimizando a gestão de seus recursos - quer humano, quer materiais - com vistas à qualidade dos serviços à satisfação da **CONTRATANTE**.

3.13 A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á integralmente pela execução dos serviços contratados, cumprindo, as disposições legais que interfiram em sua execução.

3.14 A **CONTRATADA** deverá fornecer Nota Fiscal de Serviços, referente ao(s) pagamento(s) a ser (em) efetuado(s) pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 O valor unitário (par de calçado) é de R\$ xxxxxxxxxxxx.

4.2 O prazo de pagamento será de 28 (vinte e oito) dias, contados da data do recebimento pela **CONTRATANTE** de documento que ateste a prestação de serviços efetivada no mês anterior, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, contendo nome, endereço e CNPJ, podendo este ser realizado em três datas fixas mensais, a saber: dias 10, 20 e 25, respeitando a Política de Pagamento da Associação Saúde da Família.

4.2.1 As Notas Fiscais/Faturas de Serviços serão aceitas pela **CONTRATANTE** apenas se emitidas entre o dia 01 (um) e o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês.

- 4.3** O faturamento dos serviços se dará por meio da matriz e/ou filiais da **CONTRATANTE** responsável pela solicitação do fornecimento dos calçados.
- 4.4** O pagamento será realizado através de depósito na Conta Corrente nº XXXX-X, Agência nº XXXX do Banco XXXXX, ou ainda e, excepcionalmente, na sede da **CONTRATANTE**.
- 4.5** No preço mensal dos serviços estarão inclusos todas e quaisquer despesas referentes a tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e outras que recaiam ou venham a recair sobre a atividade.
- 4.6** Os valores dos tributos incidentes sobre os serviços ora contratados deverão ser destacados na respectiva nota fiscal e/ou fatura, sempre que a legislação tributária o permitir, sendo certo que, no preço ajustado, já estarão inclusos os valores dos referidos tributos.
- 4.7** Os tributos, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais, que sejam devidos em decorrência, direta ou indireta, deste Contrato, serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.
- 4.8** A **CONTRATANTE**, quando fonte retentora, descontará, nos prazos da lei, dos pagamentos que efetuar, os tributos a que estiver obrigado a **CONTRATADA**, pela legislação vigente.
- 4.9** Quando for constatada qualquer irregularidade no referido documento será imediatamente solicitado à **CONTRATADA** a sua regularização, que deverá ser encaminhada à **CONTRATANTE** no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 4.10** As despesas que porventura sejam realizadas pela **CONTRATADA**, como transporte, seguro, insumos e todas as demais necessárias para a consecução do objeto do contrato, são de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.
- 4.11** Os recursos necessários para fazer frente às despesas do Contrato serão decorrentes dos repasses realizados através dos Termos de Convênio e Contratos de Gestão firmados com o Poder Público.
- 4.12** Os preços permanecerão fixos e irreajustáveis.
- 4.13** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições estabelecidas nos subitens anteriores, em face da superveniência de normas Federais, Estaduais ou Municipais.

CLÁUSULA QUINTA - DO INADIMPLEMENTO, DO DESCUMPRIMENTO E DA MULTA

- 5.1** Em caso de inadimplemento por parte do **CONTRATANTE** quanto ao pagamento do serviço prestado, deverá incidir sobre o valor do presente instrumento, multa pecuniária de 1% (um por cento), juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária.

5.2 Pela inexecução parcial do presente ajuste ou qualquer irregularidade que culmine com avaliação não a contento, a **CONTRATANTE**, poderá aplicar à **CONTRATADA** multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato.

5.3 Em caso da hipótese prevista na cláusula anterior, a **CONTRATANTE** poderá cumulativamente ou alternadamente aplicar multa de advertência.

5.4 Caso haja inexecução total e/ou descumprimento contratual que venha acarretar a sua rescisão, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado global do contrato.

5.5 As importâncias relativas às multas serão descontadas do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA**, sujeitando-se o devedor ao competente processo judicial de execução, quando este for o caso.

5.6 As multas estabelecidas são autônomas e a aplicação de uma não exclui outra.

5.7 Constatado o descumprimento das obrigações previstas, a Associação Saúde da Família procederá a notificação escrita da **CONTRATADA**, esclarecendo a penalidade a que estará sujeita para, querendo, defender-se no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da comunicação.

5.8 Eventuais defesas apresentadas serão analisadas pela **CONTRATANTE**, informadas, quando necessário, de manifestações das Gerências envolvidas ou gestores de Contratos.

5.9 A Coordenação Geral da Associação Saúde da Família, em decisão fundamentada, aplicará ou relevará a multa, devendo a **CONTRATADA**, se for o caso, efetuar o recolhimento do respectivo valor no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do primeiro dia útil subsequente à data da publicação.

5.10 Se o pagamento da multa imposta não for efetuado extrajudicialmente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de sua ciência, sua cobrança será efetuada judicialmente, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 Poderá o presente instrumento ser rescindido por qualquer uma das partes, em qualquer momento, sem que haja qualquer tipo de motivo relevante, não obstante a outra parte deverá ser avisada previamente por escrito, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

6.2 Caso a **CONTRATANTE** tenha apenado a **CONTRATADA** por qualquer das disposições previstas na Cláusula Quinta, de formas reincidentes e/ou cumulativas, caberá a **CONTRATANTE** a rescisão contratual, sem que recaia qualquer ônus.

6.3 A **CONTRATANTE** poderá rescindir o presente instrumento contratual, independentemente do cumprimento do previsto no **ITEM 6.1**, caso ocorra descontinuidade, ou supressão dos recursos repassados à **CONTRATANTE** através dos Termos de Convênio ou Contratos de Gestão, sem quaisquer ônus ou aplicação de multa contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

7.1 O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, tendo como início xx/xx/xxxx e término em xx/xx/xxxx, podendo ser prorrogado pelo mesmo período, através de termo de aditamento contratual, desde que haja conveniência e oportunidade administrativa.

7.2 A **CONTRATADA** deverá se manifestar com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em relação a não concordância com a prorrogação contratual.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

8.1 Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São Paulo.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1 A **CONTRATADA** deverá atender à Lei nº 8078/90, do Código de Defesa do Consumidor, Novo Código Civil e às demais legislações pertinentes.

9.2 A **CONTRATADA** deverá abster-se de negociar quaisquer títulos de crédito ou duplicatas com instituições financeiras ou terceiros, relativos ao presente contrato, sob pena de incorrer nas sanções previstas neste instrumento.

9.3 Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das Cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

9.4 A **CONTRATADA** não poderá transferir o presente Contrato, no todo ou em parte, nem poderá subcontratar os serviços ora contratados.

9.5 Fica a **CONTRATADA** ciente de que a assinatura deste contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto às mesmas, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento deste contrato.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em 03(três) vias de igual teor, juntamente com 02(duas) testemunhas.

São Paulo, XX de XXXXX de 201X.

**ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA
CONTRATANTE**

**NOME DA EMPRESA
CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

NOME:
RG:

NOME:
RG:

**ANEXO I - MEMORIAL DESCRITIVO
COLETA DE PREÇO Nº 011/2015 - PROCESSO ASF Nº 017/2015**

FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) – CALÇADO, PELO CRITÉRIO DE MENOR VALOR GLOBAL, com as seguintes características técnicas mínimas:

DESCRITIVO TÉCNICO EPI – CALÇADO:

Numeração: 33 ao 44

Sapato de proteção de uso profissional, na cor preta, com fechamento em cadarço.

Cabedal: 100% confeccionado em vaqueta hidrofulgada, com colarinho e lingueta acolchoados de espuma PU.

Forro: Tecido antimicrobiano com alta respirabilidade, com tratamento hidrofílico de rápida dispersão de umidade, sem biqueira.

Palmilha: Antimicrobiana termo conforma de não tecido com espessura 2,3mm a 3,5mm, fixada pelo sistema montado.

Solado: PU de bidensidade costurado junto ao cabedal.

Garantia mínima de 6 meses.

Certificação: Com número do Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual do Ministério do Trabalho impresso no calçado.

Embalagem: Saco individual com numeração, modelo e outras informações necessárias impresso no saco ou em etiqueta presa ao saco. Caixa coletiva de papelão tipo colmeia, personalizada, garantindo melhor qualidade de conservação e apresentação.

CONDIÇÕES GERAIS DO FORNECIMENTO:

- 1)** O produto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações pertinentes.
- 2)** O fornecimento do calçado, objeto da licitação, dar-se-á de forma gradativa durante a vigência contratual, ou seja, de acordo com a necessidade identificada pela **CONTRATANTE**.
- 3)** Caso sejam entregues pela **CONTRATADA** materiais em desconformidade ao exigido no ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO, a **CONTRATANTE** poderá solicitar a substituição ou rejeitá-los no todo ou em parte, sem qualquer ônus.
- 4)** As quantidades poderão sofrer acréscimo ou supressão, diante da conveniência e oportunidade administrativa da **CONTRATANTE**.